

“É MUITO BLÁ BLÁ BLÁ E POUCA ATITUDE”: QUANDO OS ARQUEÓLOGOS ESCUTAM O QUÊ NÃO VEEM.

GUILHERME RODRIGUES DE RODRIGUES¹; SIMONE FERNANDES MATHIAS²; SIMONE ASSIS ALVES ROBERTO³; YANNE ALVES ROBERTO⁴; LOUISE PRADO ALFONSO⁵

¹*Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPEL – guilhermerdr.rodrigues@gmail.com*

²*Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPEL – simonefernandezpel@gmail.com*

³*Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPEL – sim.assis@gmail.com*

⁴*Centro de Artes - Núcleo de Artes e Design/UFPEL – yanne.alves@gmail.com*

⁵*Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPEL – louiseturismo@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Damo-nos conta que existem outros quatro sentidos além da visão quando ficamos sem ela, ou quando, neste caso, deparamo-nos com a realidade alheia. Por que não o tato ser o sensor mais importante e valorizado pelo ser humano? Seria uma forma também de experimentar o quê é real. Mas, por algum motivo, na história da humanidade, a imagem através da visão se tornou muito mais notável e relevante.

Pensando que isso é um problema para aqueles seres humanos que não a possuem, discutimos aqui uma antropologia e arqueologia voltada para pessoas com deficiência visual. O que são essas áreas para elas? Como construir esse estudo junto a essas? Tentaremos mostrar a relação dessas pessoas com a materialidade urbana, a espacialidade, e suas dificuldades dentro de um mundo pensado a partir do visual, tentando “ver” como a arqueologia pode refletir e contribuir para essa temática.

A partir de um livro apresentado em sala de aula, conhecemos um projeto de maquetes táteis em São Paulo, o qual demonstrava etapas de uma jornada de escavação e cenários do local como seria antigamente, como exemplo, uma fábrica de cerâmicas brancas. Isso foi como uma crítica ou desafio, pois deveríamos (e devemos) pensar a discussão sobre uma antropologia e arqueologia junto às pessoas com deficiência visual.

Desde então, preocupamo-nos em trazer, de alguma forma, informações de campo para responder as primeiras questões motivadoras: É possível um arqueólogo com deficiência visual? E um antropólogo? Como a “universidade da acessibilidade”, ela está preparada ou se preparando para isso? Pensar nessas questões, a partir dos diálogos com a comunidade, conceito básico de um debate em arqueologia pública, é pensar criticamente sobre como construir essa ciência de forma descolonizada, compartilhada, ouvindo de fato aqueles e aquelas que querem e devem falar (BEZERRA, 2009). Ou também observando os que não falam, pois o silêncio também é expressão, é comunicação.

Este trabalho surge, então, a partir das discussões da disciplina de Arqueologia Pública, ministradas pela professora Dra. Louise Prado Alfonso, no Bacharelado de Antropologia – UFPEL. Ele inicia como reflexão para conclusão de semestre, e segue enquanto um pequeno projeto de pesquisa (a princípio), com resultados iniciais e uma agenda de atividades com a Associação Escola Louis Braille, em Pelotas-RS, a qual é uma instituição especializada em atendimento de pessoas com deficiência visual.

2. METODOLOGIA

Acompanhado de minha professora, Louise Alfonso, que se dispôs a participar do processo de perto, propusemos às responsáveis do local uma “roda de conversa” sobre antropologia e arqueologia, voltada para ouvir as experiências de cada pessoa, bem como suas vivências em alguma exposição etnográfica ou em museus. Elas solicitaram que, se possível, fizéssemos alguma atividade prática.

Então, de “roda de conversa”, levamos uma oficina de antropologia e arqueologia, dando ênfase aos trançados indígenas propusemos a elaboração de um mini cesto trançado de jornal. Assim, adentramos na instituição, nos aproximando das pessoas que pouco veem (ou que não veem mais), mas que muito tem a falar.

Iniciando a primeira tarde de atividades, motivamos a apresentação de cada pessoa que estava na sala, e começamos a falar sobre antropologia e arqueologia, ao mesmo tempo que envolvíamos o grupo na conversa com perguntas sobre suas experiências vividas. As questões contemplavam temas do tipo: vocês já foram a museus? Como foi a visita? Conhecem Indiana Jones? Lara Croft? E vinham algumas risadas, quebrando um pouco do “gelo” do primeiro contato, ao mesmo tempo em que aumentavam as falas.

Após explicarmos o que eram as áreas de estudo, passamos para os integrantes da oficina alguns objetos étnicos, produzidos por diversas etnias indígenas, tais como Kaingang, Guarani, Chiquitano, entre outras. Os objetos eram: um pente, uma peneira de ralar mandioca, um chocalho, uma estatueta de tamanduá e um anel. Todos eles envolviam um tipo de trançado, sendo objetos com muita textura, justamente para explorar o tato. Fizemos mais uma rodada de conversa, explorando os pareceres de cada um sobre cada artefato que ali circulou.

Então, nessa temática do trançado, resolvemos fazer o cesto de jornal, estimulando à construção de um objeto, materializando toda aquela tarde arqueológica. Deixamos preparadas as bases dos cestos, e os canudinhos de papel. Com eles, o intuito era apenas trançar, visto o tempo curto que teríamos para isso, não sendo possível construir desde o início o objeto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante essa confecção, dentre muitas falas sobre dificuldade do dia a dia, que uma se sobressaltou: *“Nós viemos aqui, fazemos tudo isso, que é muito bom. As pessoas vêm aqui, fazem seus trabalhos, a maioria deles nós nem soubemos o que deu, pois não retornam, e eu fico pensando: o que ganhamos de prático com isso? O que melhorou mesmo? É muito blá blá blá e pouca atitude!”*

Ouvindo o apelo de Carlos, que perdeu a visão em menos de dois meses, há mais de sete anos, questionamos então o que poderíamos fazer para tentar algo prático. Nisso surgiu a marcação de um segundo encontro, na semana seguinte, no Centro de Reabilitação Visual (um dos três setores de atendimento da Associação) novamente. A proposta então seria conversar sobre os problemas que possuem no cotidiano, e para quem quisesse concluir seu cesto, uma segunda oportunidade.

A ênfase dos resultados virá dos dados de campo desse segundo encontro, pois foi que este gerou mais discussões, devido o pessoal estar mais familiarizado uns com os outros. A primeira fala notável foi do Carlos, abrindo as reflexões: *“O problema de conversar com as autoridades é que um deficiente fala suas dificuldades, e então englobam tudo como de todos, e ditam as regras. Deveriam*

ouvir um a um!". Falou isso contando do quão militante já foi pela causa dos deficientes visuais, e até hoje pouco, ou nada, aconteceu.

Seguindo nesse raciocínio, Andreia se manifestou explicando que há muitas diferenças nas dificuldades das pessoas com baixa visão e nas das pessoas com perda de visão total. Segundo ela, as cores primárias (vermelho, amarelo e azul) e altos contrastes, são as formas a serem sinalizadas e coloridos os objetos e espaços dessas pessoas.

Ela seguiu dizendo que acessibilidade deveria ser discutida dentro das escolas, *"na raiz do negócio"*, se quiséssemos algo prático. Acredita que se a educação não começa quando criança, dificilmente depois, enquanto adultos, conseguirão criar sensibilidade para essa questão. Ela diz que o filho dela sabe lidar com uma pessoa cega ou com baixa visão, como ela, de modo a não atrapalhá-la na rua ou em alguma atividade. Porém, diz saber apenas por ele conviver com a mãe que tem o problema em casa. Se ele dependesse da escola, como os outros colegas dependem, não teria formação nenhuma sobre isso.

Andreia, mulher jovem e bonita, com um pouco mais de 30 anos (aparentemente), é bióloga, professora e mestre em biologia. Contou que após um acidente de carro, em 2012, reduziu sua visão em poucos por centos, com risco de perda total. Seu sonho é ainda retornar para a universidade, realizar o doutorado, e seguir a vida acadêmica, como anteriormente. Porém, critica dizendo: *"A universidade quer dados quantitativos e não qualitativos. Está preocupada com produção, produtividade e não exatamente só qualidade. Não está preparada para receber uma pessoa assim, e nem mesmo alguém quer uma pessoa com esse problema lá"*.

Outro exemplo que ela falou, e que todos concordaram, foi sobre os bancos e seus caixas eletrônicos: *"Fazem aquela telas coloridas, maravilhosas, tecnológicas. Ai pedem para selecionar a senha de letras. E o áudio? Por que não tem áudio em todos? Eu enxergo pouco e já não consigo sem áudio, e aquela pessoa que não enxerga nada, como o seu Carlos, como que faz?"*. Ela definiu isso como restrições de acesso. Tudo é muito mais restrito, do que acessível, conforme fala.

Carlos falou também que Pelotas tem muitos cachorros soltos nas ruas. Além de atrapalhar pela própria presença dos animais, reclama da sujeira que eles fazem: *"Canso de pisar em cocô de cachorro, ou sujar minha bengala. E ninguém limpa! Na própria calçada do Louis Braille tem sempre. Difícil é quando não me sujo."*. As pessoas concordaram e falaram muito sobre isso.

Ele ainda menciona, juntamente com a Andreia, a possibilidade de existir sinalizadas de com emissão sonora. Fala que em Porto Alegre tem, mas é muito baixo o som, e que em meio ao movimento, às vezes não se escuta. Aqui em Pelotas, se existisse, não resolveria o problema do trânsito agitado e mal sinalizado. Contudo, era mais um acesso!

No encontro da semana anterior, Carlos havia falado mal dos ônibus também. Com a recente licitação no transporte coletivo, as empresas renovaram e "adequaram" suas frotas para a acessibilidade. Mas acesso, através das falas de todos, ficou evidente que é apenas para pessoas que usam cadeira de rodas. *"Mudaram tudo, modernizaram, arrumaram e ficou uma porcaria. Não tenho onde me segurar quando subo, e fico com dificuldade de me acomodar no veículo."*. Sem falar na falta de informação e sinalização das paradas de ônibus.

Dona Olava, uma senhora muito simpática e comunicativa, fala que tem muito medo do trânsito e não se anima mais a sair sozinha. Com baixa visão, diz

que na casa dela consegue se adaptar e sabe o lugar das coisas que precisa, ainda não está desmemoriada. Mas o trânsito... Este lhe causa muita insegurança, muito medo, pois o acha muito agitado, muito violento.

Clóvis, um senhor muito quieto e tímido, também se queixa do trânsito, porém a noite. Ele tem apenas 20% de visão no olho direito, e com toda a luminosidade dos faróis em contraste com o ambiente escuro, é impossível se deslocar. “São muitos reflexos...”, disse ele.

Carlos falou nos buracos da cidade. Cansou de se machucar em vários. Sua esposa, Solange, que o acompanham sempre, fala indignada do caso em que ela e Carlos caíram juntos num buraco no calçadão da Andrade Neves, em pleno centro de Pelotas. Carlos deu o exemplo dos municípios de Cachoeirinha, Canoas e Novo Hamburgo, dizendo que lá, caso alguma calçada esteja com problema, a prefeitura notifica o morador do local e estabelece um prazo para arrumar. Se a pessoa não corresponde, o governo municipal faz os devidos reparos e posteriormente inserir os custos na tarifa de IPTU.

4. CONCLUSÕES

As falas do grupo são interessantes e extremamente denunciadoras. Tudo é pensado a partir da visão, toda a configuração da cidade e do espaço. E, quando projetam “inclusão”, realizam as ações sem diálogo com as pessoas que serão diretamente beneficiadas. Ou, como disse o Carlos, “não escutam um por um”.

E por que não os arqueólogos não se preocupam com estes grupos? Porque a maioria destes pesquisadores tem seus olhares apenas voltados para um passado distante se esquecendo que o próprio passado é uma construção do presente. A arqueologia deve cumprir seu papel social e suas pesquisas devem atender a demandas atuais. Todo o foco da fala de cada um do grupo foi na questão material e espacial: a sinaleira, a placa, o buraco, as cores, as lâmpadas, e até mesmo o “cocô” de cachorro. O arqueólogo tem como seu foco principal de análise a materialidade e suas relações no tempo e espaço. O exercício para essa ação seria a escuta, o diálogo com a comunidade que anuncia esses problemas. Não seria papel da arqueologia ouvir e tentar trazer melhorias para a qualidade de vida deste grupo a partir da construção do conhecimento pela materialidade? Esta é uma das reflexões que serão propostas na continuidade desta pesquisa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA, M. Da Arqueologia Circular e dos Arqueólogos Sem Artefatos'. **Desafios da Arqueologia: depoimentos**. Erechim: Habilis, 2009, p. 206-214.
- BEZERRA, M. Os Sentidos Contemporâneos das Coisas do Passado: Reflexões a Partir da Amazônia. **Revista de Arqueologia Pública**, n.7, p.107-122, 2013.
- CÂNDIDO, M. M. D. Arqueologia e público: pesquisas e processos de musealização da arqueologia na imprensa brasileira. **Revista Arqueologia Pública**, v.3, n.1, p. 33-48, 2015
- FERREIRA, L. M. Essas Coisas não Lhes Pertencem: Relações entre Legislação Arqueológica, Cultura Material e Comunidades. **Revista de Arqueologia Pública**, n.7, p.87-106, 2013.
- SOUZA, R. A. ; HATTORI, M. L. ; FISCHER, P. F. Ossos do ofício: cemitérios, licenciamento ambiental e prática arqueológica em Arraias, Tocantins. **Habitus**, v.10, p.215-240, 2013.
- ZAPATERO, G. R.; CASTAÑO, A. M. M. Arqueologia e cinema, uma história em comum. **Revista Arqueologia Pública**, v. 3, n. 1, p.19-31, 2015.